



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.^a SL

Aos 7 dias do mês de abril de 2015, pelas 15h00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, no Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

15h00

Audição do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE), após Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015.

II PARTE

Reunião ordinária

1. Informações e outros assuntos.
2. Seminário da CAE subordinado ao tema "Revisão da Estratégia 2020 _ Inovação, Investigação e Ciência".
3. Parecer da CAE sobre a Proposta de Resolução 98/XII - Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013.
4. CARTÃO VERDE - Carta do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da House of Lords do Parlamento do Reino Unido dirigida ao Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, na sequência da reunião informal de 19 de janeiro e relativa ao "cartão verde".
5. A Representante Permanente da AR junto da UE remeteu propostas de alteração do Parlamento Irlandês ao projeto de regulamento para a Conferência ao abrigo do artigo 13.º do TCEG da UEM - distribuídas no mesmo dia aos Senhores Deputados da CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

6. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Social Europeu, no que respeita ao aumento do pré-financiamento inicial pago a programas operacionais apoiados ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens COM(2015)46, objeto de relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho

Deputada Autora do Parecer: Paula Gonçalves (PSD)

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2015 COM(2014)902 e PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO DA COMISSÃO E DO CONSELHO que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento 2015 [COM(2014)906], objeto de relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Segurança Social e Trabalho

Deputado Autor do Parecer: José Ribeiro e Castro (CDS-PP)

c) Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que fixa, para 2015 e 2016, as possibilidades de pesca para os navios de pesca da União relativas a determinadas unidades populacionais de peixes de profundidade COM(2014)613, objeto de relatório da Comissão de Agricultura e Mar.

Deputada Autora do Parecer: Lídia Bulcão

7. Próxima reunião da CAE: dia 9/4 às 09h30 - audição pública sobre o PTCE 2015.

8. Apreciação e votação da Ata n.º 202, referente à reunião de 31 de março de 2015.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

I PARTE

15h00

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, enquadrando a audição no âmbito da apreciação das conclusões do Conselho Europeu de 19 e 20 de março de 2015.

O Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Europeus apresentou as conclusões do Conselho Europeu em torno de três grandes temas:

- 1) Energia – com especial destaque na União da Energia;
- 2) Crescimento e emprego – referindo o acompanhamento da implementação dos projetos estratégicos e a discussão alargada (por mais de uma hora de duração), pela primeira vez, sobre o TTIP;
- 3) Relações externas – Cimeira da Riga, princípios fundamentais; situação Rússia/Ucrânia e na Líbia.

Anunciou ainda que o próximo Conselho Europeu, em junho de 2015, terá como tema a União Digital.

Em sede de debate, na primeira ronda, intervieram os Senhores Deputados **Vitalino Canas (PS)**: para constatar que deste Conselho Europeu nada de substancial se regista para debate na Comissão de Assuntos Europeus, subsistindo questões graves na Europa por resolver – União Económica e Monetária, a ação da UE em relação a conflitos de grande gravidade como seja a situação na Ucrânia, na Líbia e no Médio Oriente ou a incerteza relativamente à Grécia e ao futuro do Euro, questionando, por fim, sobre o ponto de situação sobre o Plano Juncker, bem como sobre o posicionamento do Governo português em relação à situação na Grécia; **António Ribeiro (PSD)** que se referiu, a partir da intervenção do Senhor Secretário de Estado, a duas dimensões do Conselho Europeu, uma de política interna, focando temas essenciais como a União Energética, o Plano Juncker e a relação CE-Parlamentos nacionais, e uma outra de política externa, mencionando a ausência da questão da Defesa no debate, bem como sobre o cariz minimalista da Política de Vizinhança, atualmente mais centrada nos Estados do que em estratégias; **Carla Cruz (PCP)** para

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.^a SL

afirmar estarem criadas as condições para a criarem ou consolidarem situações de monopólios energéticos, classificar o Semestre Europeu como a perpetuação das medidas de austeridade e para referir que foi a primeira vez que o Conselho Europeu se debruçou sobre o TTIP, questionando quais os compromissos que o Governo português tem assumido com a EU no âmbito de reformas estruturais no plano nacional de reformar e de estabilidade, bem como sobre quais os compromissos que a EU tem feito perante as reivindicações dos EUA no quadro de negociação do TTIP; **José Ribeiro e Castro (CDS-PP)**, para frisar a elevada expectativa em relação aquilo que o Conselho Europeu promete e depois os respetivos resultados, questionando da excessiva procura da energia eólica, da situação na Ucrânia e Rússia, da agenda para o desenlace do Euro relativamente à Grécia e, por fim, do papel das autoridades europeias no âmbito do Semestre Europeu.

Numa segunda ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados **Alberto Costa (PS)** para dar nota da perceção insatisfatória do perigo, bem como da formulação de soluções, pela UE em relação a situações graves como a da Líbia e da Tunísia, da insuficiência e ineficácia da política europeia de combate ao terrorismo, bem como sobre a vocação do Conselho Europeu que, em sentido contrário ao desenho dos Tratados, tem vindo a desvirtuar-se conforme atestam as recentes declarações do seu Presidente ao querer arrogar-se o chefe de negociações com a Grécia; **Carlos Costa Neves (PSD)** para cumprimentar o documento distribuído pelo Secretário de Estado “*The missing piece in the EMU puzzle: economic policy coordination*” e deixar três comentários sobre os temas em debate – o tratamento num mesmo grupo da questão do Semestre Europeu com o Crescimento e Emprego, numa abordagem sistemática com interpolação de políticas de investimento e reformas estruturais e de emprego, o mecanismo do TTIP que pode assegurar crescimento e, por fim, no âmbito da política de vizinhança a necessidade de agendamento de uma política mais equilibrada para Leste e Sul.

A reunião foi gravada, constituindo a gravação parte integrante da presente ata, podendo ser consultada no seguinte endereço: http://media.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL4/02_com/04_cae/20150407cae.wmv

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

II PARTE

1. Informações e outros assuntos.

O Senhor Presidente começou por prestar as seguintes informações:

- 1.1. Na sequência dos contactos previamente estabelecidos com a 4.ª, a 5.ª e a 10.ª Comissões, a Representante permanente da AR junto da UE informou que **o Vice-Presidente da Comissão Europeia Dombrovskis** (Euro e Diálogo Social) viria a Portugal nos próximos dias 21 e 22 de maio.

A visita será efetuada após a apresentação das Recomendações Específicas por País, que encerram o Semestre Europeu, sendo este o foco principal da reunião, mas não exclui outros temas que caibam na competência do Vice-Presidente

Considerando os trabalhos da AR às quintas-feiras e às sextas-feiras, tinha sido solicitado que fosse dada indicação pelas Comissões da possibilidade considerada mais adequada:

- i) Após o Plenário de 21 de maio, ou a partir das 17h00 mediante autorização da PAR – 5.ª feira;
- ii) Antes do Plenário de 22 de maio – 6.ª feira (9h), podendo prolongar-se pelo início do plenário;
- iii) Após almoço no dia 22 de maio – 6.ª feira.

Posto à consideração dos Senhores Deputados, foi deliberado indicar a preferência da possibilidade do dia 21 de maio, após o Plenário.

- 1.2. Visita à Agência Europeia de Segurança Marítima – a Agência tinha proposto os dias 13 e 20 de maio próximo, com preferência pelo dia 13, para a visita da CAE.

Posto à consideração dos Senhores Deputados, e tendo em conta a intenção da Senhora Presidente da CAE do *Sejm* da Polónia em organizar uma reunião informal de Presidentes de CAE dos Parlamentos da UE no dia 13 de maio em Varsóvia, foi deliberado indicar a preferência pelo dia 20 de maio para realizar a visita à Agência de Segurança Marítima, em Lisboa.

- 1.3. Tinha sido recebido na CAE, no dia 6 de abril de 2015, um convite, oriundo do Senhor Presidente da Comissão de Agricultura e Mar, para a participação da CAE, querendo, na Audição do Comissário Europeu para a

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, sobre a Reforma da PAC, a ser efetuada no próximo dia 9 de abril, às 18 horas, na Sala do Senado.

Posto à consideração dos Senhores Deputados foi deliberado aceitar o convite para a audição do Comissário Europeu Phil Hogan.

- 1.4. No primeiro trimestre de cada ano, o Governo apresenta à AR um relatório que permita o acompanhamento da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 5.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

No cumprimento desta disposição legal, a Comissão de Assuntos Europeus tinha recebido, no passado dia 31 de março, o Balanço sobre o acompanhamento da participação de Portugal na União Europeia, relativo ao ano de 2014, que se encontra disponível na [página internet da Comissão](#).

Este documento fora já distribuído às Comissões parlamentares com pedido de contributos, até ao dia 30 de abril de 2015, para que possam ser incorporados no Parecer a elaborar, debater e aprovar pela CAE.

O Senhor Presidente determinou que o documento fosse desde já igualmente remetido aos Senhores Deputados da Comissão de Assuntos Europeus.

2. Seminário da CAE subordinado ao tema "Revisão da Estratégia 2020 _ Inovação, Investigação e Ciência".

Apreciação da possibilidade da realização do Seminário - na sequência de contato com o gabinete do Comissário Europeu Carlos Moedas - no dia 14 de julho de 2015, única terça-feira indicada para vir à Assembleia da República, tendo em conta a disponibilidade de agenda do Comissário.

Tinha sido enviado um e-mail aos Senhores Coordenadores, no dia 1 de abril, solicitando parecer sobre o assunto. Em resposta, PSD, PS, CDS-PP e PCP consideraram que este assunto deveria ser tratado/avaliado nesta reunião da CAE.

Posto à consideração dos Senhores Deputados, foi deliberado diligenciar no sentido de apurar da disponibilidade do Comissário Carlos Moedas vir noutra data, ainda que não coincidente com uma 3ª de reunião ordinária da CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

3. Parecer da CAE sobre a Proposta de Resolução 98/XII - Aprova o Acordo relativo ao Tribunal Unificado de Patentes, assinado em Bruxelas, em 19 de fevereiro de 2013 – requerimento para apreciação de constitucionalidade pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG).

O Senhor Presidente começou por referir que a competência principal não competia à Comissão de Assuntos Europeus.

O Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) interveio para dizer que esta questão, há quatro anos, era da competência da CAE mas atualmente, cabia à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas (CNECP). Tratava-se de cooperação reforçada feita ao abrigo dos Tratados. Manifestava dúvidas quanto à pronúncia, isto é, se a CAE constituía a sede própria para esse fim.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) informou que a CNECP, perante requerimento igual ao da CAE tinha-o rejeitado, com o fundamento de que era aquela a Comissão principal.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) referiu que o assunto cabia na competência da CNECP mas SEXA a Presidente da AR tinha pedido parecer prévio à CAE. Atendendo às referências de inconstitucionalidade manifestadas no parecer do Professor Rui Medeiros, o PCP considerava que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (CACDLG) devia pronunciar-se. O facto de a CNECP ter rejeitado o requerimento não implicava que a CAE o rejeitasse também.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS) considerou que constituía uma boa prática o pedido de parecer à CACDLG, afigurando-se negativo a CAE rejeitar o requerimento apresentado.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) pronunciou-se para dizer que não contestava a competência atribuída à CNECP mas a CAE devia ser ouvida. Tratando-se de um Acordo internacional a competência estava atribuída à CNECP

COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

mas deviam ser ouvidas a CAE e a Comissão de Economia e Obras Públicas devido a novas questões que viessem a resultar do referido Acordo, caso da matéria de acesso à justiça.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) interveio em seguida para dizer que compreendia as motivações de quem defendia e de quem discordava da matéria em apreciação, mas notou que se trata de um processo legislativo já com seis meses de atraso, não compaginável com manobras dilatórias.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) pediu a palavra para esclarecer que não há prazo para a ratificação e de qua entrada em vigor do Acordo depende da ratificação de treze países, o que ainda não aconteceu, refutando ainda a insinuação de quaisquer manobras dilatórias, importando antes assegurar a discussão e que a CAE deve ouvir a CACDLG sobre este assunto.

Submetido o requerimento a votação, o mesmo foi aprovado com os votos a favor do PS, CDS-PP e PCP, votos contra do PSD, registando-se ausência do BE.

4. CARTÃO VERDE - Carta do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da House of Lords do Parlamento do Reino Unido dirigida ao Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, na sequência da reunião informal de 19 de janeiro e relativa ao "cartão verde".

Adiado para próxima reunião.

5. A Representante Permanente da AR em Bruxelas tinha remetido propostas de alteração do Parlamento Irlandês ao projeto de regulamento para a Conferência ao abrigo do artigo 13.º do TCEG da UEM - distribuídas nesse mesmo dia aos Senhores Deputados da CAE.

Estas propostas de alteração, bem como o projeto de regulamento, deverão ser agendadas para a reunião de Presidentes de Paramentos da União Europeia, nos dias 20 e 21 de abril, em Roma.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

6. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Social Europeu, no que respeita ao aumento do pré-financiamento inicial pago a programas operacionais apoiados ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens [COM(2015)46]], objeto de relatório da Comissão de Segurança Social e Trabalho

Deputada Autora do Parecer: Paula Gonçalves (PSD)

Apresentou o Parecer a Senhora Deputada Paula Gonçalves, o qual, posto a votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes.

b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL, AO COMITÉ DAS REGIÕES E AO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - Análise Anual do Crescimento para 2015 [COM(2014)902] e PROJETO DE RELATÓRIO CONJUNTO SOBRE O EMPREGO DA COMISSÃO E DO CONSELHO que acompanha a Comunicação da Comissão sobre a Análise Anual do Crescimento 2015 [COM(2014)906]], objeto de relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Segurança Social e Trabalho

Deputado Autor do Parecer: José Ribeiro e Castro (CDS-PP)

Adiado.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

7. Próxima reunião da CAE: dia 9 de abril, às 09h30 - audição pública sobre o PTCE 2015.

O Senhor Presidente começou por ler uma mensagem proveniente do Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, informando da disponibilidade do Comissário Europeu para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, para, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Mar - cuja reunião já estava agendada - proceder à apresentação do Programa de Trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2015, no dia 9 de abril às 18h00. Nesse sentido, tendo sido contactado para o efeito, o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus tinha já manifestado a sua disponibilidade para aquela data e hora.

Interveio o Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) para, referindo-se ao assunto em apreciação dizer que confrontando os prós e os contras a proposta da Comissão Europeia deveria ser aceite. No entanto, propunha que em breve deveria ser realizado um encontro informal com a Representação da Comissão Europeia em Lisboa para criar um ambiente favorável, a fim de se ultrapassar algum afunilamento então existente.

O Senhor Deputado Alberto Costa (PS), pronunciando-se, em seguida, referiu que a reflexão normal seria a de votar contra mas, tendo em conta a necessidade de ter uma atitude positiva aceitaria a situação. A Comissão Europeia ainda não tinha percebido a mais-valia que representa a cooperação com os Parlamentos nacionais. Os Comissários privilegiavam os contactos com os Governos, desconsiderando aqueles.

A Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) referiu que a situação apresentava mais contras do que pontos a favor e a ser efetuada a reunião nos moldes apresentados iria obstaculizar a presença de muitos Deputados europeus e da Assembleia da República.

A disponibilidade manifestada pelo Comissário Europeu tinha resultado do envio de uma carta de desagrado da CAE e esta era a forma que tinha encontrado para



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

ultrapassar. Contudo, com o modelo proposto de dois em um, seriam prejudicados os dois assuntos – o relativo à Comissão de Agricultura e mar e o do PTCE para 2015.

Quanto à realização do encontro com a representação da Comissão Europeia em Lisboa, concordava com o mesmo mas considerava não ser suficiente.

O Senhor Deputado José Ribeiro e Castro (CDS-PP) interveio para dizer que, quando se esperava uma mudança, tinha sido verificada uma muito ligeira alteração de comportamento da Comissão Europeia. Concordava que a oportunidade de ouvir o Comissário Europeu não deveria ser desperdiçada mas considerava que deveria ficar expresso em carta a endereçar à Comissão Europeia o desagrado da CAE sobre este assunto. Com o formato proposto ficava prejudicada a audição setorial e a do PTCE para 2015. Considerava que se deveria transmitir ao Governo que este órgão também podia colaborar em matéria de vinda a Portugal dos Comissários Europeus, na sensibilização da comunicação daqueles com os corredores adequados. Igualmente, deveria ser pedido à Representante permanente da AR junto da UE informação sobre a forma como a audição do PTCE para 2015 tinha decorrido nos restantes Parlamentos nacionais. Uma manifestação de desagrado sobre o assunto em causa deveria ser apresentada à Comissão Europeia.

O Senhor Presidente informou que tinha conhecimento de que o Presidente Juncker abordava esta matéria no Colégio de Comissários e acreditava na bondade da sua intenção de melhorar este relacionamento com os Parlamentos nacionais.

Por fim, considerou que a posição maioritária apontava para a realização da reunião conjunta da Comissão de Agricultura e Mar e CAE com o Comissário para a Agricultura e Desenvolvimento Rural, Phil Hogan, no dia 9 de abril, às 18h00.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) interveio para secundar a proposta apresentada pelo Senhor Deputado Carlos Costa Neves (PSD) e transmitir o desconforto à Comissão Europeia. Era do interesse da Comissão Europeia apostar mais na cooperação com os Parlamentos nacionais do que com o Parlamento



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

Europeu, uma vez que era mais relevante a dimensão parlamentar dos Estados-Membros.

O Senhor Presidente acrescentou que a mensagem inicial referia que o mesmo formato tinha sido adotado no Parlamento da Roménia.

Cada Grupo Parlamentar deveria indicar, querendo, a sua posição sobre a matéria até a 6ª seguinte, dia 10/4, devendo haver reunião após Plenário para concertação de posição final da CAE sobre este assunto.

9. Apreciação e votação da Ata n.º 202, referente à reunião de 31 de março de 2015.

Uma vez submetida a votação a Ata n.º 202, referente à reunião de 31/3/2015, a mesma foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP e do BE.

A reunião foi encerrada às 18:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 abril 2015.

O PRESIDENTE

(PAULO MOTA PINTO)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 203/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Rodrigues
Carla Cruz
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Ivo Oliveira
Jacinto Serrão
João Lobo
José Moura Soeiro
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Gonçalves
Paulo Mota Pinto
Vitalino Canas
Fernando Serrasqueiro
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Bravo Nico
Lídia Bulcão
Rui Barreto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: